

# medidas em estudo

## Ainda há mais

8 — JORNAL DA TARDE

Com uma elevação geral dos juros: assim o mercado está reagindo ao anúncio de um novo pacote econômico, pelo qual seriam aplicados redutores às correções monetária e cambial. Ontem, no entanto, a única coisa que parecia certa era disposição oficial em cortar o INPC, isto é, os salários, além das vantagens usufruídas pelos empregados das estatais. Fontes do Ministério da Fazenda comentavam, contudo, que, em caso de expurgo dos índices, será inevitável a adoção de medidas para proteger as cadernetas de poupança; um importante banqueiro foi mais longe: disse que o governo não pode comprometer a estabilidade do sistema financeiro com um expurgo que deslocaria os ativos para aplicações clandestinas.

O porta-voz do Planalto, Carlos Átila, não se referiu ontem aos anunciados cortes nas correções monetária e cambial, mas apenas à compressão dos salários. Disse que o Gabinete Civil da Presidência da República está estudando os cortes das vantagens nas estatais, do ponto de vista jurídico, para definir que casos podem ser enquadrados como direito adquirido. E antecipou que a alteração da metodologia de cálculo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, base de cálculo dos reajustes semestrais) será consumada através de decreto-lei a ser assinado pelo presidente João Figueiredo, possivelmente segunda-feira. Já a decisão sobre os expurgos das correções monetária e cambial poderá ser mais lenta, e adotada no final do mês, disse o porta-voz palaciano.

### Nada resolvido

O líder governista, Nélson Marchezan (PDS-RS), deixou claro que não há nada resolvido. "Semana que vem teremos reunião com o ministro Delfim Neto. Não há decisão tomada ainda, nem com relação às empresas estatais. As outras não serão segunda nem terça."

No pacote econômico da semana passada, o governo elevou o recolhimento compulsório sobre os depósitos a vista e a prazo. No entanto, o ministro da Fazenda, Ernane Galvão, já se apressou em comunicar aos banqueiros que a medida é temporária: só vigiará por três meses, até setembro, quando voltarão a vigorar os antigos tetos.

Apesar da extinção dos limites quantitativos à expansão do crédito, os juros continuam altos (aumentaram ainda mais esta semana, diante da expectativa do expurgo das correções monetária e cambial). Os banqueiros argumentam que isso decorre do aumento do compulsório e da antecipação do recolhimento do Imposto de Renda dos bancos. Fonte do Ministério da Fazenda diz, porém, que se o custo do dinheiro continuasse alto haveria tabelamento na ponta da captação.

Segundo um técnico da Fazenda, para proteger a poupança, o governo revogaria a Resolução 802 (adotada há poucos meses), desvinculando as correções monetária e cambial da inflação e ainda elevaria o Imposto de Renda na fonte sobre a remuneração dos depósitos a prazo.

Seja como for, no dia anterior o próprio ministro Ernane Galvão havia afastado a possibilidade de revogação da Resolução 802, assegurando que isto não seria necessário pois os expurgos (falava-se em cerca de 5%) atingiriam também a inflação.

### Juros mais altos

As taxas de rentabilidade para as aplicações no mercado financeiro subiram após o governo anunciar que iria expurgar a correção monetária. Alguns bancos de investimento, por exemplo, estão pagando até 22% de juros nominais ao ano, mais correção monetária,

para aplicações em certificados de depósitos bancários.

No setor das financeiras, as taxas de juros de captação também aumentaram, com algumas instituições oferecendo rendimentos em letras de câmbio em até 20% ao ano mais correção monetária. Ontem, no mercado aberto, as taxas de financiamentos para segunda-feira próxima atingiram 5,20%, o que dá um custo real do dinheiro negociado no open em 15,60% ao mês, nível que eleva para algo em torno de 9% ao mês o rendimento das aplicações no overnight.

Segundo analistas do mercado de capitais, a decisão do governo de expurgar da correção monetária os "efeitos inflacionários" mudou o comportamento dos investidores, que passaram a ditar os níveis de taxas que mais se aproximam ao ganho real da aplicação.

"O investidor está tomando com juros aquilo que ele vai perder na correção monetária, tendência que demonstra a crise de falta de credibilidade no governo, uma vez que as pessoas estão pressionando o mercado financeiro para proteger sua poupança", afirmou um dirigente de instituição financeira carioca.

As aplicações em CDBs nos bancos de investimentos estão classificadas em dois grupos: varejo e mercado. No primeiro caso, trata-se de bancos ligados a conglomerados financeiros com elevado número de agências, onde a possibilidade de captação é bem maior.

Nos bancos de varejo, a rentabilidade paga aos CDBs se situa na faixa de 12 a 14% de juros ao ano mais correção monetária. O Bradesco, por exemplo, está pagando 12% de juros ao ano mais correção monetária para aplicações em qualquer valor ou período, podendo ser de resgate final ou trimestral.

Para investimentos superiores a Cr\$ 10 milhões, o Bradesco pode elevar sua taxa de juros para 12,50%.

Nos bancos que operam no mercado, ou seja, com menor número de agências, a necessidade de captação fez com que elevassem de 16% para até 22% ao ano as taxas de juros.

Com relação às letras de câmbio, financeiras ligadas às grandes bancos estão praticando as seguintes taxas líquidas: 133,474% ao ano para títulos com vencimento de um ano; 54,521% para os de seis meses de vencimento. A exemplo do que vem ocorrendo com os bancos de investimentos no tocante a CDBs, as financeiras de menor porte também estão elevando suas taxas de captação, principalmente as independentes.

No Rio, já é grande o número de financeiras que estão pagando rentabilidade acima dos 150% ao ano para as letras de câmbio de sua emissão, e essa tendência de alta progride na média em que aumenta a retração dos investidores, diante da iminência do novo pacote.

Para fugir às aplicações atreladas a rendimento fixo medido pela correção monetária, vários investidores aumentaram suas participações no ouro ou no mercado paralelo do dólar. Ontem, no Rio, o movimento de procura por ouro voltou a ser forte, tanto assim que o grama do metal chegou a ser negociado por uma fundidora e corretora a Cr\$ 10.700,00 para compra e Cr\$ 11.350,00 para venda, com aumento de Cr\$ 110,00 e Cr\$ 50,00 sobre as cotações no dia anterior. Para essa nova alta contribuíram a elevação do preço da onça do metal no mercado Spt de Nova York, que atingiu a US\$ 413,50, e a estabilidade do dólar no mercado paralelo, que fechou a Cr\$ 840,00 para venda e Cr\$ 800,00 para compra.